

A crise mundial e suas consequências: um debate teórico

MARIA DE LOURDES ROLLEMBERG MOLLO*

Introdução

O objetivo deste artigo é analisar a crise mundial do ponto de vista teórico marxista. Ao longo das discussões sobre a crise observa-se que não há consenso sobre suas causas e, portanto, sobre suas consequências, bem como sobre as medidas que estão sendo tomadas e o que esperar delas. Assim, o artigo buscará discutir algumas das principais ideias presentes na literatura, propondo uma interpretação própria a partir delas.

De forma a conduzir tal discussão, o artigo se inicia com uma resenha de algumas interpretações existentes, destacando suas principais semelhanças e diferenças. Esse é o objeto do primeiro item. Em seguida, no segundo item, o artigo confrontará as posições dos vários autores com os traços característicos da crise, discutindo a pertinência e importância relativa dessas posições, a fim de justificar nossa própria posição a respeito. Finalmente, o terceiro item procurará discutir essa posição do ponto de vista teórico, inspirando-nos, para isso, na obra de Marx. No desfecho do artigo se encontram algumas considerações finais.

* Professora do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB) e pesquisadora do CNPq. E-mail: mlmollo@unb.br. A autora agradece os comentários de Alfredo Saad-Filho, de participantes do XIX Encontro Nacional de Economia Política, onde as ideias aqui expostas foram apresentadas pela primeira vez e de pareceristas anônimos que melhoraram esse artigo. A responsabilidade pelo resultado final do artigo é apenas da autora.

1. O debate marxista sobre as origens e causas da crise mundial

A interpretação da crise mundial que foi desencadeada pela crise dos *subprime*¹ nos Estados Unidos vem mostrando diferenças de interpretação e controvérsias importantes entre os marxistas. No capitalismo todas as crises são de superprodução. De fato, enquanto no feudalismo, por exemplo, as crises eram de escassez de produtos que se explicitavam em fome e doenças que se alastravam na sociedade, no capitalismo os problemas de fomes, doenças e precariedades de toda ordem decorrem da impossibilidade de venda de mercadorias por valores que cubram o custo de produção com o lucro habitual. Assim, sobram mercadorias não vendidas e, com isso, ou “a reprodução do capital é contrariada” ou “se produz uma interrupção no processo de acumulação” (Marx, 1975, p. 590). Discutem-se, porém, as possíveis causas que levaram à superprodução ou à dificuldade generalizada de venda num mundo em que o objetivo de lucro só se faz por meio desta. Na interpretação da crise atual temos, em particular, razões ligadas à queda da taxa de lucro e à hipertrofia do sistema financeiro relativamente ao sistema produtivo.

Por um lado, temos o trabalho de Andrew Kliman (2012), para quem a crise é decorrência da queda da taxa de lucro. Por outro, temos autores como Mohun (2013), Duménil e Lévy (2011), Shaikh (2011) e Lapavistas (2011) entre outros, que negam tal causa, atentando principalmente para a forma neoliberal como o capitalismo se desenvolveu nos últimos anos, em particular para a importância do desenvolvimento das finanças ou da financeirização do capitalismo contemporâneo. O objetivo deste item é resenhar os principais traços destas visões, de forma a situar o debate, para discuti-los à luz do desenrolar da crise no item 2.

Examinando a economia americana, onde a crise foi desencadeada, Kliman (2012), diferentemente de vários economistas marxistas, destaca que a taxa de lucro jamais se recuperou da queda que experimentou nos últimos anos da década de 1970 e início dos 1980. Como o capital que foi destruído durante os anos 1970 e início de 1980 foi menor que o observado nos anos 1930 e início dos 1940, o declínio da taxa de lucro não foi revertido. Isso explicaria a baixa lucratividade mais recente, relativamente ao imediato pós-Segunda Guerra, até a crise de 2008. A queda persistente da taxa de lucro, segundo ele,

produziu uma persistente queda na taxa de acumulação do capital; e a queda na taxa de acumulação, por sua vez, levou a um crescimento lento do PIB *per capita*, da produção das empresas, e da sua remuneração aos empregados, e a crescentes encargos das dívidas etc. (Kliman, 2012, p.74)

Para Mohun (2010), no entanto, enquanto a crise do final da idade de ouro do capitalismo, nos anos 1970, era típica de queda da taxa de lucro, a que se

1 *Subprime* é a qualificação dada nos mercados financeiros internacionais a créditos com elevado risco, porque seus tomadores não oferecem garantias suficientes.

inicia em 2008 apresenta-se num período de taxas crescentes de lucro, com o Estado dando suporte à demanda agregada e às instituições financeiras. A separação entre a propriedade do capital e o seu controle no capitalismo globalizado e financeirizado, e as consequentes remunerações dos supervisores e gerentes grandemente baseadas na propriedade de títulos (ações, obrigações, títulos dos tesouros, derivativos) geraram grandes volumes de aplicações especulativas, cujo sucesso alimentou novas rodadas de especulação, ampliando a relativa autonomia do capital financeiro frente ao capital produtivo. Essa autonomia, por sua vez, foi muito ampliada com o aumento do crédito, a busca de retornos rápidos e o crescimento das inovações financeiras arriscadas que caracterizaram o período.

Nesse sentido, a crise foi gerada por um ambiente desregulado, ou regulado no sentido de deixar livres as forças de mercado, ambiente que se desenvolveu como reação à ampla regulação do pós-guerra no mundo todo. A desregulação produziu desigualdades, desequilíbrios, perdas ligadas à queda da resistência dos trabalhadores e excessos especulativos de várias ordens, que se espalharam pelo mundo todo.

Como sustentam Duménil e Lévy (2004), o chamado neoliberalismo aparece como reação às regulamentações anteriores do período do pós-guerra, como reação dos capitais para se desvencilharem dos limites impostos a sua lucratividade. A queda da lucratividade, nos anos 1970 até o início dos anos 1980, pressionou no sentido de eliminar as amarras regulatórias e isso explica o aparecimento e o desenvolvimento, por exemplo, do mercado de eurodólar, um mercado onde nem o dólar podia ser controlado fora do seu país de origem, nem as aplicações feitas em dólar, uma moeda estrangeira, podiam ser controladas na Europa.

É esse movimento de liberalização econômica generalizada que infla a esfera financeira e dá origem à chamada financeirização. Para Duménil e Lévy (2011), a crise de 2008 é uma crise do neoliberalismo, visto como estágio do capitalismo sob a hegemonia dos Estados Unidos. Para eles, as crises de 1890 e 1970 eram típicas de queda da lucratividade, enquanto a Grande Depressão e a crise dos anos 2000 são crises de “hegemonia financeira” (Duménil e Lévy, 2011, p.564).

A hegemonia americana no processo relaciona-se com o dólar como moeda internacional. A trajetória de desequilíbrio seguida pelos Estados Unidos, com déficits público e externo elevados e alto endividamento privado no período, respondem pelo início da crise, que se espalha pelo mundo. O déficit externo deveu-se ao crescimento das importações ao longo do neoliberalismo, enquanto caía a demanda interna americana e crescia o endividamento privado interno. Na economia neoliberal os déficits públicos são financiados pelos mercados externo e interno, o que explica o papel deles na financeirização. Para Duménil e Lévy, a financeirização não era um fim em si mesmo, mas o resultado da busca por maximização de renda e riqueza das classes altas. Essa busca seria responsável pela expansão de mecanismos financeiros e pela globalização que, juntamente com a trajetória de desequilíbrio americano, levou à fragilização da economia e à crise.

Lapavitsas (2012) também entende a crise que se inicia em 2008 como uma crise ligada ao capitalismo financeiro. Não aceita a ideia de que a crise é de queda da taxa de lucro porque, segundo ele, apesar da acumulação de capital se mostrar “mediocre” ao longo da financeirização, proporcionando um crescimento econômico precário, observou-se crescimento extraordinário da finança, em termos de emprego, lucros e tamanho das instituições e dos mercados. Segundo ele,

enquanto a acumulação real tem evoluído sem novidades, a classe capitalista encontrou novas fontes de lucro por meio de um mecanismo renovado da finança. Talvez o desenvolvimento mais significativo a esse respeito tenha sido o crescimento da expropriação financeira dos trabalhadores e outros. (Lapavitsas, 2012, p.27)

A posição de Shaikh (2011) é também de uma crise iniciada por uma crise financeira nos Estados Unidos. Ele ressalta que os anos 1980 começaram com um *boom* nos principais países capitalistas, estimulados pela baixa da taxa de juros, que aumentou a taxa de retorno do capital, aumentando a diferença entre a taxa de lucro (de empresário, nos termos de Marx), e a taxa de juros, facilitando o movimento de capitais pelo mundo, promovendo o consumo e as bolhas internacionais nas finanças e nos títulos públicos. Ao mesmo tempo, chama atenção para o acirramento da exploração e para o crescimento dos salários abaixo da produtividade, que também garantiram o aumento dos lucros. A crise, segundo ele, estoura quando a queda dos juros e o crescimento das dívidas que sustentaram o *boom* alcançaram seus limites.

Também para Moseley (2011) a evolução da economia capitalista nos anos pós-1970 se explica pela tentativa dos capitais de se contraporem à queda da taxa de lucro que se observou entre os anos 1950 e 1970. Assim, a crise é fruto do esgotamento das estratégias utilizadas que envolveram cortes de salários, inflação, intensificação do trabalho e globalização. Essas estratégias restauraram a lucratividade, mas, por um lado, estagnaram os salários reais dos trabalhadores por muitas décadas, tendo como consequência o crescimento do endividamento das famílias. Por outro, levaram à financeirização progressiva da economia e ao crescimento da sua vulnerabilidade.

2. Acumulação de capital, crise e suas explicações

As divergências entre os autores analisados no item 1 começam com as definições diferentes de taxa de lucro. Para Kliman (2012), ela é igual aos lucros antes da tributação ou aos valores adicionados excluídos os ganhos dos trabalhadores, nos dois casos contendo no denominador o custo histórico dos ativos fixos, e trata-se do lucro do total das corporações (financeiras e não financeiras). Duménil e Lévy (2011) usam como taxa de lucro uma definição que inclui a renda total menos a compensação pelo trabalho, relativamente ao custo corrente de reposição do capital fixo. Quanto a Mohun (2012), ele trabalha com o que chama de taxa de lucro da

classe capitalista, incluindo nela não apenas a parcela dos lucros, mas também a dos salários de supervisão, e compara-a com a taxa de lucro convencional, que calcula como a parcela dos lucros no valor monetário adicionado.

Ao contrário do que ocorre com o movimento das taxas de lucros no trabalho de Kliman, que cai ao longo do período analisado (1947-2007), a taxa de lucro conforme definida por Duménil e Lévy cai até o final dos anos 1970 e início dos 1980 e se recupera a partir daí até o início dos anos 2000. Mesmo depois dos anos 2000, a taxa é superior à média dos anos 1950 e 1960. A taxa de lucro tal como calculada por Shaikh (2011) é a taxa de lucro das corporações não financeiras antes do pagamento de juros e impostos, relativamente ao custo corrente das instalações e equipamentos. Medida desde 1947, esta taxa cai até a crise, embora mostre uma tendência à estabilidade no final dos anos 1970.

A taxa de lucro convencional de Mohun é definida como a parcela dos lucros na renda, multiplicada pela produtividade do capital (Y/K). Ela também se mostra cadente numa tendência longa, desde o final dos anos 1940 até 2009, mas é crescente desde o início dos 1980 até a crise. Mas a taxa de lucro da classe capitalista, de Mohun, apresenta-se crescente ao longo de todo o período após 1949. Como essa taxa inclui, conforme mencionado, as remunerações de gerência ou supervisão, observa-se que é essa evolução, sobretudo, que explica o resultado, conforme destacado pelo autor.

Kliman (2012, p.102) nega a pertinência das definições de taxa de lucro em termos correntes, usando vários argumentos. Em particular, justifica sua versão da taxa de lucro afirmando que ela “mede o lucro em relação com a efetiva quantidade de dinheiro adiantada como capital no passado (menos a depreciação)”, que ele considera o sentido normal da taxa de lucro obtida pelos capitalistas. A taxa de lucro em termos correntes, usada, por exemplo, por Duménil e Lévy, seria a taxa necessária para substituir os ativos fixos ou continuar a reprodução do capital, e sua defesa seria a importância de relacionar a taxa de lucro com o processo de acumulação. Os dados mostram pouca relação entre ela e a acumulação de capital produtivo, o que é atribuído pelos autores à financeirização, esta vista como importante para explicar a crise, uma vez que funciona como drenagem de recursos da economia real, impedindo que o investimento e a produção real cresçam de forma significativa. A isso Kliman (2012, p.115-116) responde dizendo que “esse argumento é falso ao menos no caso dos EUA, e houve uma relação particularmente estreita entre a taxa de acumulação das corporações americanas e sua efetiva taxa de lucro nos últimos 40 anos”. Conclui então que a mencionada divergência entre a taxa de lucro em termos correntes e a taxa de acumulação seria prova da inadequação da taxa de lucro calculada em termos correntes.

Kliman observa ainda, e a meu ver esse é o argumento importante na discussão, que o que ocorre com as demais análises é que tomam como ponto de partida uma taxa de lucro muito baixa e, por isso, ela tende a crescer nos anos 1980 e 1990, ou a tendência de queda da taxa de juros sofre uma inflexão. De fato, a

tendência de aumento ou queda da taxa de lucro depende do ponto de partida. Partindo de 1945-46, como fazem Kliman e Shaikh, e indo até 2007, a tendência dominante é de queda. Sem dúvida, a escolha do final dos anos 1970 e início dos 1980 tem uma razão. Embora Kliman diga desconhecer o porquê desta escolha, ela se deve justamente à generalização da globalização ou do neoliberalismo e da financeirização que o caracteriza a partir de então, ou seja, desde o final dos 1970 e início dos 1980.²

Como vimos, várias das mensurações da taxa de lucro interrompem a tendência de queda justamente no período da dita globalização, em particular a financeira, que caracterizou o neoliberalismo, e que precedeu imediatamente a crise, o que é já um argumento para tornar discutível a hipótese de queda da taxa de lucro como razão para a crise.

Entre as taxas de lucro apresentadas, a da classe capitalista de Mohun nos parece que apresenta resultados mais importantes. Isso porque, como ele próprio destaca, o confronto entre o valor da mais-valia em termos monetários e a taxa de lucro da classe capitalista dá um R^2 de 0,99,³ contra um de apenas 0,16 quando a taxa de lucro confrontada é a convencional. Além disso, ele também destaca a nítida mudança de importância quantitativa das remunerações de supervisão no período da globalização das economias. Há um crescimento especialmente forte da participação das remunerações de supervisão, que passam de 15% do valor adicionado em 1948 para 35% em 2007. Como participação da produção, elas saem de 6,4% como proporção média no período 1948-79, caem para 4,4% entre 1966-79 e alcançam 8,9% entre 1979-2007, período da globalização neoliberal.

Observe-se, porém, que mais que importância quantitativa, é preciso destacar que o tipo de remuneração destes supervisores e gerentes é um traço característico da globalização neoliberal, traço particularmente importante para explicar o crescimento expressivo da finança que define a chamada financeirização das economias na fase atual do capitalismo.

De fato, como vem sendo analisado há muitos anos, uma especificidade da organização das empresas nesse período foi a separação da propriedade do capital e da produção. O capitalismo neoliberal caracterizou-se por um tipo de propriedade do capital chamado “patrimonial”, que é adquirida com o objetivo principal de obter rendimentos mobiliários e não decorrentes da produção (Chesnais, 2004). Grande parte das grandes empresas nos países industrializados é de propriedade de acionistas institucionais como fundos de pensão, fundos mútuos e companhias de

2 Observe-se que esse debate centra-se na taxa de lucro dos EUA, excluindo, por exemplo, o que ocorre em áreas como Ásia e Oriente Médio, com grande peso na acumulação global.

3 O R^2 é o índice de determinação que indica o poder explicativo de um modelo. O R^2 varia entre 0 e 1, e quanto maior ele é, mais explicativo é o modelo. No caso deste artigo, a mais-valia explica melhor a taxa de lucro da classe capitalista, tal como calculada por Mohun, do que a taxa de lucro convencional.

seguros (Plihon, 1999), no novo modelo de regime de organização *shareholder*.⁴ Para esses proprietários o que importa é ampliar a rentabilidade das ações, com a liquidez permitida nos mercados financeiros. Aí está uma razão importante para o predomínio das finanças sobre a produção na economia neoliberal.

A fim de garantir coincidência de interesses entre os proprietários e os gerentes, a remuneração destes é definida de forma a que tenham interesse na valorização acionária, como é o caso, por exemplo, das *stock options* ou *share options*,⁵ sendo este um dos requisitos avaliados pelos investidores quanto à governança das empresas. Assim, além das justificativas apresentadas por Mohun, a inclusão dos lucros nos salários de supervisão é fundamental para o entendimento do predomínio financeiro que caracterizou a fase neoliberal atual do capitalismo.

Observe-se, porém, que apesar do predomínio financeiro que caracterizou não apenas a economia americana, mas também a economia mundial neste período, há outras características da economia real que levaram à financeirização, características destacadas por vários autores ao longo do processo de globalização financeira, inclusive Kliman (2012, p.18) que, analisando a queda da taxa de lucro como apenas uma “causa indireta”, percebe que a queda da taxa de acumulação e de crescimento do emprego, do produto, da renda e do consumo “preparam o palco para crises financeiras e de endividamento mais adiante”. Como destacam Duménil e Lévy (2011), vários foram os desequilíbrios que conduziram à crise. Começando pelos Estados Unidos – país hegemônico e onde a crise se iniciou – observa-se o declínio da taxa de acumulação, o crescimento do déficit externo que, ao aumentar as importações, colocou problemas de demanda doméstica, levando ao endividamento das famílias, endividamento que viabilizou o aumento do consumo das mesmas. O déficit externo, por sua vez, só conseguiu ser mantido porque a posição do dólar como moeda internacional permitiu o financiamento da economia americana via atração de capitais externos. Nem o crescimento do endividamento das famílias nem o financiamento do déficit americano teriam se mantido durante tanto tempo se não fosse a liberalização das economias. Ela permitiu, por um lado, o crescimento das inovações financeiras, penhorando o futuro ao converter dívidas em produtos financeiros novamente negociáveis e transferindo o risco ao serem vendidos.⁶

Por outro lado, a liberalização, em particular do movimento de capitais, permitiu a migração de volumes enormes e expressivos de capital provenientes

4 Nesse tipo de organização, o sucesso da empresa é medido por quanto ela consegue enriquecer os acionistas com valorização das ações.

5 Trata-se de remunerar os empregados por meio da compra de ações ou de participações nas empresas.

6 Como destaca Saad-Filho (2011, p.244), “a financeirização cumpre um papel-chave no capitalismo contemporâneo porque ela sustenta a transnacionalização da produção, facilita a concentração da renda e da riqueza e sustenta a hegemonia política do neoliberalismo por meio de constantes ameaças de fugas de capitais”.

do mundo inteiro principalmente para os Estados Unidos, mas também para um pequeno grupo de mercados financeiros dos países desenvolvidos com moedas conversíveis.⁷ É essa massa de recursos se movimentando de forma desregulada que possibilita a aplicação, de forma concentrada, de grande volume de capitais em poucos mercados e que explica a valorização financeira expressiva durante tanto tempo, valorização que define a financeirização das economias ou, como veremos adiante, o desenvolvimento do chamado capital fictício.

Como descreve bem Lapavitsas (2012, p.2), a crise se inicia com o estouro da bolha imobiliária dos Estados Unidos, mas também em outros países avançados, em particular o Reino Unido. A bolha americana “foi alimentada pelos fundos que entram nos Estados Unidos vindos do exterior”. Ainda segundo esse autor, esses fundos não vinham apenas, nem principalmente, dos países avançados, mas desde 2004, vinham de países pobres, e não eram fundos privados, mas recursos provenientes de autoridades monetárias destes países acumulando reservas para se protegerem de crises. Quanto à causa, a bolha imobiliária americana foi doméstica. Os tomadores eram sobretudo trabalhadores individuais, e os bancos, em vez de se dedicarem a emprestar para empresas produtivas, concediam tais empréstimos e ganhavam com taxas e comissões sobre a prestação de serviços financeiros, protegendo-se dos riscos ao criarem produtos financeiros compostos por dívidas de vários tipos e ao repassarem o risco por meio da venda dos mesmos.

Os bancos, conforme destaca Santos (2012), alteraram substancialmente sua estratégia de captação e aplicação de fundos. Em vez de depósitos para lastrear empréstimos, passaram a depender de fundos provenientes de dívidas (fundos tomados de companhias de seguro, fundos de pensão, mercado monetário). Tais financiamentos alavancavam os retornos obtidos, mas tornavam os bancos mais vulneráveis e o sistema mais instável.

Enquanto isso, os investimentos produtivos eram financiados principalmente por recursos próprios. Tendo perdido espaço na concessão de empréstimos ao setor produtivo, os bancos passam a buscar fontes de lucro emprestando para as famílias e intermediando operações financeiras. Assim, desenvolvem-se na prestação de serviços de engenharia financeira para corporações, negociações com derivativos, subscrições de ações, gestão de negócios financeiros, apropriando-se de parte dos ganhos com as valorizações de ativos e das taxas e comissões cobradas pelas prestações de serviços.

Moseley (2011) chama atenção ainda, como também o fazem Lapavitsas (2012) e Santos (2012), para a progressiva financeirização das rendas dos trabalhadores e das captações e aplicações do sistema bancário, mostrando como a esfera financeira vai crescendo sem articulação com o processo de produção. Por um lado, a queda dos salários vai estimulando o financiamento a crédito de despesas como casas, mas também educação, saúde e seguros. As rendas dos

7 As aplicações em mercados financeiros emergentes, embora importantes relativamente aos tamanhos dos seus mercados, são pouco significantes no total de recursos aplicados internacionalmente.

trabalhadores eram ampliadas por empréstimos hipotecários e recursos de fundos de pensão, que levavam as rendas do trabalho a também se financeirizar ou se articular à evolução do mercado financeiro.

Essas mudanças todas têm em comum o fato de transformar grande parte das rendas recebidas em rendas financeiras, ou dependente das valorizações dos ativos financeiros: as famílias, com os empréstimos hipotecários e dos fundos de pensão; os acionistas com a valorização das ações; as empresas com a parcela financeira dos seus lucros provenientes de dividendos; os bancos, dependendo da venda dos produtos financeiros compostos de dívidas que precisavam ser negociados.

Os demais países, por sua vez, articulavam-se ao que ocorria no sistema financeiro americano por meio da compra de títulos públicos e das compras dos produtos financeiros criados pelos bancos e instituições financeiras, as chamadas inovações financeiras. Observe-se, nesse sentido, que embora o processo de acumulação do capital nos Estados Unidos se mostrasse medíocre, a entrada de capital no país crescia muito, exatamente vindo do exterior, o que foi analisado por Duménil e Lévy (2005) como uma espécie de imperialismo.

Dados esses fatos, é impossível não destacar a esfera financeira como importante característica do capitalismo globalizado ou do capitalismo na sua fase neoliberal. Por um lado, a liberalização contribuiu enormemente para o crescimento e configuração das operações financeiras, seja com o movimento de capitais liberalizado, seja com o desmonte das previdências públicas que têm como reflexo o enorme crescimento dos fundos de pensão, não por acaso atores destacados no processo de financeirização das economias; seja ampliando a concorrência e estimulando a busca por lucros rápidos, o que encontra eco na liquidez dos mercados financeiros; seja com a liberalização do câmbio que, numa situação de movimento liberalizado de capitais aumenta muito a possibilidade de ganhos especulativos e, nesse sentido, estimula a especulação financeira; seja, enfim, porque os primeiros ganhos rápidos especulativos ajudaram a contaminar com essa lógica de curto prazo os comportamentos dos agentes econômicos em geral.

Em todos os casos, o esquema poderia funcionar enquanto houvesse liquidez farta para facilitar as operações financeiras, o que dependia de rendas, provenientes de lucros produtivos ou salários altos que, adquirindo ativos financeiros, sustentassem o crescimento de seus preços, garantindo os rendimentos almejados pelos seus proprietários. Em caso contrário, os preços dos ativos se mantêm ou caem, e derrubam os rendimentos financeiros, desencadeando a crise financeira. Ora, numa abordagem marxista, lucros e salários dependem do andamento da geração de valor-trabalho no processo produtivo. Este processo, entretanto, arrefecia, conforme mencionado, financiado principalmente por lucros retidos. Assim, o estado de liquidez só se manteve por tanto tempo porque, é preciso insistir, grande era o volume de capitais provenientes do mundo todo com a liberalização financeira a serem aplicados em poucos mercados financeiros; porque, de um lado, eram reservas de países menos desenvolvidos aplicadas em títulos americanos de baixo risco. De outro, eram recursos que fluíam para os poucos mercados financeiros desenvolvidos,

atraídos pela diversidade de ativos financeiros em termos de rentabilidade e liquidez e também pelo menor risco. Assim, tratava-se de muito dinheiro concentrado em poucos mercados, o que viabilizou valorizações vultosas e por muito tempo.

A autonomia do sistema financeiro relativamente à geração de rendas que dão liquidez aos mercados, porém, tem limites, e tais limites foram encontrados exatamente na crise dos *subprime* de 2008, alastrando-se para outras aplicações financeiras, outros mercados e outros países. A esse respeito Marx muito falou, ainda que de forma dispersa, ao tratar do capital fictício. O próximo item discutirá a chamada financeirização que levou, de forma imediata, à crise, como desenvolvimento acentuado do capital fictício.

O desenvolvimento do capital fictício e a crise

Uma das características mais típicas do período neoliberal de desenvolvimento do capitalismo é a chamada financeirização das economias, definida como o predomínio da finança e dos elementos financeiros sobre a produção (Epstein, 2005). Desde a obra de Chesnais (1994) sobre a mundialização do capital, a importância da lógica financeira no processo neoliberal de acumulação capitalista é discutida e analisada. Destacam-se nessa análise a ideia de finança concebida como indústria, a descrição dos novos investimentos de natureza financeira e a ênfase na importância da engenharia financeira no processo dito de mundialização financeira. Também desta época é o livro de Guttmann (1994), que ressalta o papel da moeda de crédito na economia e destaca a concorrência em vez da complementaridade entre capital financeiro e capital industrial e produtivo. Nestes dois textos aparece a ideia e o termo capital fictício, cujo desenvolvimento implica uma espécie de punção de recursos que, de outra forma, seriam conduzidos à esfera produtiva da economia. A partir daí vários foram os trabalhos⁸ que detalharam e analisaram, sob diferentes ângulos, de matizes mais marxistas ou pós-keynesianos, tal predomínio ou predominância das atividades financeiras e da lógica financeira da economia. Mas agora, em quase todos os casos, se falava de financeirização, desaparecendo em geral o termo capital fictício.

Ora, o conceito de capital fictício em Marx e essa ideia de punção de recursos da atividade produtiva real é exatamente o que caracteriza tal processo de financeirização da economia, e é ele que nos parece particularmente importante para entender a crise desencadeada em 2008, apesar de anunciada desde mais de uma década antes.

Para Marx, o capital é fictício porque não tem lastro em valor-trabalho. Como destaca Brunhoff (1999), para Marx, constituir capital fictício é capitalizar ou calcular o que se chama de capital a partir de rendas regulares, como se fosse proveniente de um capital sem de fato sê-lo ou, como diz o próprio Marx (1974, p.534), “a forma do capital portador de juros faz que toda renda monetária de-

8 Vários autores publicaram obras coletivas como, por exemplo, as de Chesnais, 1996, 2004; Epstein, 2005 e de Brunhoff et al., 2006.

terminada e regular apareça como juro de um capital, derive ela ou não de um capital. Primeiro se converte a renda monetária em juro, e como juro se acha então de onde provém”.

Este capital fictício então decorre do desenvolvimento do capital de empréstimo produtor de juros, mais especificamente da sua forma fetichizada, mas não é o próprio capital de empréstimo produtor de juro ou o crédito. Vejamos isso mais devagar. Segundo Marx, o dinheiro só se transforma em capital como dinheiro que se valoriza quando, no ciclo completo de reprodução do capital encontra e compra a força de trabalho, e para comprá-la é necessário ter comprado ou comprar também os meios de produção:

para transformar dinheiro em capital *tem o possuidor do dinheiro de encontrar o trabalhador livre no mercado de mercadorias*, livre nos dois sentidos, o de dispor como pessoa livre de sua força de trabalho como sua mercadoria, e o de estar livre, inteiramente despojado de todas as coisas necessárias à materialização de sua força de trabalho, não tendo além desta outra mercadoria para vender. Assim fazendo, o capitalista tem acesso à mais-valia produzida pela força de trabalho e só por isso seu dinheiro se valoriza, tornando-se capital. (Marx, 1971, p. 189, grifo nosso)

O juro, por sua vez, só pode ser pago depois que o dinheiro se converte em capital, justamente para gerar a mais-valia de onde ele sai, juntamente com o lucro de empresário. Daí porque, para Marx (1974, p.439), “o capital produtor de juro só se sustém como tal porque o dinheiro emprestado se converte efetivamente em capital”, ou seja, compra força de trabalho, “produzindo um excedente do qual o juro é uma fração”. O capital fictício, porém é fictício justamente porque não se converte de fato em capital. Ou seja, não compra força de trabalho, razão pela qual não tem lastro em valor-trabalho.

Marx dá como exemplos de capital fictício os títulos da dívida pública e as ações. No primeiro caso, diz ele que o capital não existe mais, “é devorado, despendido pelo Estado” (Marx, 1974, p.535). Justifica ainda o caráter fictício do capital, no caso da dívida pública, “porque a soma emprestada ao Estado não apenas não existe mais”, mas “*não se destinava a ser despendida, empregada como capital*, e só investida como tal podia transformar-se em valor que se mantém” (Marx, 1974, p.535). No caso das ações, segundo ele (Marx, 1974, p.537), seu “valor de mercado se determina diversamente do valor nominal, sem que se altere o valor (embora se modifique a valorização) do capital efetivo”. Ou seja, pode haver valorização das ações além do valor do capital que lhe deu origem, sendo tal valorização puramente fictícia.⁹

9 Essa visão de capital fictício visto como diferente de capital dinheiro de empréstimo produtor de juros não é consensual entre os economistas marxistas. Nossa posição é semelhante à de Foley (2005, p.45), para quem “empréstimos para os capitalistas produtivos são ‘capital real’ [...] O valor das ações existentes [...] é majoritariamente capital fictício, e tem apenas uma relação muito tênue com o valor dos ativos das empresas que ele legalmente representa”.

O desenvolvimento do capital fictício é um caso de autonomia relativa da circulação, onde ele aparece e se valoriza conforme a oferta e a demanda de títulos, e a produção onde o capital real se valoriza pela compra de força de trabalho e sua operação. Quanto maiores forem os recursos disponíveis na circulação para tais compras e vendas, maiores serão as valorizações e maior o desenvolvimento do capital fictício.

O processo neoliberal de globalização caracterizou-se pela derrubada de fronteiras entre os mercados de crédito de diferentes países, e as operações de aquisição de ativos financeiros pôde se fazer com poucos limites, sendo feitas em poucos mercados dos países desenvolvidos e em bem menor proporção em alguns países ditos emergentes, ficando ausentes em países pouco desenvolvidos com mercados financeiros incipientes. O volume desses recursos em busca de aplicações financeiras foi ainda inchado pelo desmonte das previdências públicas no mundo todo, levando a uma corrida de partes de salários para os mercados financeiros privados, e foram estimuladas pela liberalização dos movimentos de capital e pelo acirramento da concorrência, todas essas consequências da lógica neoliberal dominante. A concentração desses recursos em alguns poucos mercados explica, conforme já mencionado, o fato das valorizações terem sido tão grandes e terem durado tanto tempo antes da crise de 2008. Daí o crescimento enorme da especulação, que nada mais é do que o desenvolvimento do capital fictício.

Apesar de durar muito, tal desenvolvimento mostrou seus limites na crise. Isso porque, para que os recursos continuem a ser aplicados nos mercados financeiros, é necessário que eles continuem mostrando valorizações, e estas decorrem da continuidade da entrada de recursos comprando os vários ativos. Ora, esses recursos provêm de lucros e salários elevados provenientes da produção real que cresciam menos, uma vez que o desenvolvimento do capital fictício drenava recursos que, de outra forma, iriam para investimentos produtivos. Dessa forma, os lucros e salários altos passam a crescer de forma moderada e, em seguida, mostram-se insuficientes para sustentar a valorização fictícia do capital. Uma vez interrompida ou reduzida tal valorização os ativos começam a ser vendidos de forma geral, desencadeando a deflação de preços que caracteriza o início da crise na esfera financeira. Esta crise é, então, a nosso ver, do tipo que Marx (1971, p.152) define como “um tipo particular de crise de dinheiro que pode surgir independentemente, repercutindo sobre o comércio e a indústria. São crises cujo centro motor é o capital dinheiro exercendo sua ação imediata na esfera dos bancos, bolsas de valores e finanças”.

Considerações finais sobre as perspectivas e o que fazer

Como vimos, o desenvolvimento do capital fictício, chamado mais comumente de financeirização da economia, acabou por mostrar seus limites ao ser desencadeada a crise de 2008. Depois dela, várias medidas foram tomadas visando interromper o processo deflacionário, a partir, inicialmente, da injeção maciça de recursos nos bancos e nas empresas, seguindo-se um período de injeção de liquidez generalizada por meio do chamado *quantitative easing*. Mesmo que tais medidas

possam ter impedido uma deflação maior, não foram capazes até o momento de recuperar as forças das economias em geral, constituindo um exemplo típico do que Keynes chamou de preferência pela liquidez e que Marx, interpretando o desenrolar das crises, chamou de preferência absoluta pelo dinheiro.

Apesar dessas medidas, até certo ponto heterodoxas, tomadas até o momento, o predomínio da finança sobre a produção permanece, a julgar pelas políticas de austeridade implementadas, que travam a produção, e pelo poder das agências de *rating*, as mesmas que às vésperas da falência do Lehman Brothers concederam-lhe excelente nota. Isso vem agravando os problemas provocados pela crise, criando problemas novos para os vários países e atingindo de forma danosa grande parte das suas populações.

Diante disso alguns autores marxistas, com certa razão, vêm se perguntando: por que tentar de novo re-regular a economia, buscar um novo patamar redistributivo mais equânime, se o sistema consegue fugir das regulações, se vai tender de novo a crises que estão relacionadas ao desenvolvimento de suas próprias contradições? Como observa Kliman (2012, p.202), “a última crise econômica e seus efeitos persistentes trouxeram miséria a milhões de trabalhadores. Mas eles também nos trouxeram uma nova oportunidade de nos livrar de um sistema que continuamente é abalado por tais crises”.

É preciso, pois, refletir sobre algumas questões. Em primeiro lugar, é preciso ter em mente que a sociedade transformada dos sonhos de qualquer esquerda não surgirá de repente após a destruição do capitalismo mas, ao contrário, precisa ser construída a partir do que sobrar depois dele. E, para isso, é preciso observar e aproveitar o que Albuquerque (2012), inspirando-se em Rosdolski (2001), chamou de “germes visíveis” do socialismo. Embora esses sinais existam e possam, como destaca Albuquerque, ser visualizados, muito pouco há, por enquanto, com o que contar para a transformação da sociedade.

Como diz Marx (1859 [2008], p.547), isso é problemático porque

Uma formação social nunca decai antes de estarem desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais é suficientemente ampla, e nunca surgem relações de produção novas e superiores *antes de as condições materiais de existência das mesmas terem sido chocadas no seio da própria sociedade velha* (grifo nosso).

É preciso construir tais condições, a partir dos “germes visíveis” existentes e da introdução de outros. Há muito a fazer a esse respeito, e isso não pode ser feito em condições adversas. Para Kliman (2012, p.201), “o keynesianismo que dominou a esquerda ajudou a desmobilizar os trabalhadores”. Essa é também a opinião de Holloway (1991a), para quem a estratégia simples de defesa do *Welfare State*, por exemplo, “perde uma oportunidade de explorar o potencial desestabilizador inerente à retração do Estado” (Holloway, 1991a, p.251).

O papel do Estado é, como sabemos, uma discussão histórica dentro do marxismo. Tomemos o debate entre Poulantzas (1971) e Miliband (1973) no início

dos anos 1970: embora os dois definam o Estado capitalista como um Estado de classe, o primeiro lhe atribui uma autonomia relativa ou limitada com relação às classes, enquanto o segundo só o vê como braço da burguesia. No primeiro caso, a autonomia relativa do Estado com relação às classes permite considerar que o Estado aja em benefício da classe trabalhadora, embora sempre com vistas a defender e permitir a reprodução do capitalismo. No segundo caso, o papel do Estado é visto como problemático, porque atrasa a transformação da sociedade e desmobiliza a classe trabalhadora na luta para eliminação do sistema capitalista.

Outros importantes debates foram travados como, por exemplo, entre os regulacionistas franceses e reformacionistas alemães e, de outro lado, os chamados derivacionistas e os teóricos das lutas de classe.¹⁰ Destaco aqui, em particular, a posição de um grupo intitulado *The London-Edinburgh Weekend Return Group* (LEWRG) que, após discutir ao longo dos 1970, publicou em 1979, quando se avizinhava a vitória de Margaret Thatcher, um panfleto intitulado *In and Against the State* como “Discussion Notes for Socialists”, enfatizando a necessidade dos socialistas que trabalham para o Estado ou são financiados por ele de enfrentarem os problemas relacionados com um Estado de classe. Mostram, nessa análise, que “a injustiça, a desigualdade e a discriminação da sociedade em geral estão presentes também no interior do Estado e de qualquer coisa que ele faz” (LEWRG, 1980, p.52), vendo o Estado como sempre opressivo e propondo a luta dentro do Estado e contra o Estado, “desenvolvendo formas alternativas de organização, contrabalançando “a fragmentação imposta pelo Estado” e dando “expressão material à solidariedade de classe”. Apesar de tal percepção, em *Poscript* publicado na segunda edição em 1980, quando as políticas monetaristas neoliberais do governo Thatcher já mostravam seus resultados danosos para os trabalhadores, o mesmo grupo observa que, embora condenando a nostalgia com relação ao keynesianismo,

o crescimento da intervenção do estado sob o keynesianismo muitas vezes criava ao menos uma base sobre a qual se podia começar a organizar a ação coletiva – mesmo se o estado tentava conter tal ação no interior de categorias que obscureciam os problemas reais. (LEWRG, 1980, p.123)

A nosso ver, é justamente essa possibilidade maior de organização dos trabalhadores que justifica a defesa das políticas estatais que trazem melhorias para os trabalhadores mesmo no interior do capitalismo. Seja porque tais políticas estatais beneficiam diretamente os trabalhadores, seja porque criam um ambiente onde eles podem se organizar melhor do que quando as condições são muito adversas, a verdade é que tais políticas inserem melhor o trabalhador na relação capital-trabalho, no curto prazo ou, em decorrência de sua melhor organização, num período futuro.

10 Excelentes apanhados deste debate estão disponíveis em Clarke (1992); Bonefeld & Holloway (1991), Holloway (1991b). Uma resenha menor e mais recente encontra-se em Mollo (1990 e 2012).

Além disso, é preciso, conforme já mencionado, preparar as condições materiais e o próprio trabalhador assalariado para o novo papel na sociedade transformada, o que pode ser feito ao longo da construção dos mencionados germes visíveis, e não pode ser feito sem a organização dos trabalhadores.

A esse respeito, vale destacar, de forma rápida, algumas providências importantes já analisadas com mais detalhe em outro artigo (Mollo, 2014). Trata-se de, em primeiro lugar, *construir canais de escuta* alternativos aos do mercado. Para Marx, a relação monetária do mundo das mercadorias é relação “recíproca de indivíduos como poderio acima dos indivíduos, *tornada autônoma* [...] é o resultado necessário de que o ponto de partida *não é o indivíduo social livre*” (Marx, 1980, p.135).

Em segundo lugar, é preciso *substituir ao máximo a concorrência pela cooperação*, não apenas ampliando as experiências de empresas cooperativas que, conforme Marx (1974, p.509), “são a primeira ruptura da velha forma, embora [...] reproduzam e tenham de reproduzir todos os defeitos do sistema capitalista”. Mas, segundo ele mesmo, ao suprimir a oposição entre capital e trabalho, embora ainda na forma de trabalhadores como capitalistas deles mesmos, “elas mostram como em certo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e das formas sociais de produção correspondentes, novo modo de produção naturalmente desponta e se desenvolve partindo do antigo”.

Ainda com relação à cooperação, quaisquer que sejam as dificuldades de penetrar num sistema que é movido pela concorrência e pelo objetivo de lucro, a sua prática, uma vez disseminada, treina e prepara os trabalhadores para a sociedade transformada, assim como transforma as mentalidades e práticas do dia a dia.

Em terceiro lugar, é preciso *buscar cada vez mais igualdade* ainda na sociedade capitalista para buscar o que Marx chamou de interesse universal. Como destaca Coutinho (2011), o “interesse universal” de Marx na *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel* (Marx, 2011), pode ser associado à “vontade geral” de Rousseau, embora para este ela seja uma questão moral ou fruto de repressão do privado pelo público e para Marx seja necessário transformar as bases da sociedade capitalista para construí-la, de forma a garantir um sistema onde “o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o desenvolvimento livre de todos” (Marx, 2010, p.45). Diferentemente da vontade de todos obtida pelo voto, o interesse comum ou o interesse universal exige homogeneidade de interesses pelos quais lutar, em vez de apenas maior igualdade de renda. Assim, é preciso *igualdade de participação nas decisões*, para a qual os mencionados canais de escuta podem contribuir, *igualdade de posição na produção*, onde as cooperativas podem contribuir, mas é preciso também *ampliar o caráter comum dos interesses*, para o que é preciso tentar homogeneizar as possibilidades de consumo de bens e serviços.

Do exposto acima é possível concluir que, se, conforme mencionado, é preciso construir as condições materiais para a transformação da sociedade; e se entre tais condições é fundamental substituir a competição pela cooperação, buscar homogeneidade de interesses e igualdade, e criar canais de escuta alternativos ao mercado,

a eliminação do neoliberalismo vai na direção necessária e correta, uma vez que o neoliberalismo não fez mais do que acirrar a concorrência e ampliar a desigualdade de forma generalizada, tornando o mercado o canal de escuta único e privilegiado.

Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE, E. da M. *Agenda Rosdolsky*, Belo Horizonte: UFMG, 2012.
- BONEFELD, W.; HOLLOWAY, J. *Post-fordism and social form: a Marxist debate on the post-fordist state*. London: Macmillan, 1991.
- BRUNHOFF, S. de. Fictitious Capital. In: EATWELL, J.; MILGATE, M.; NEWMAN, P. (Eds.). *Marxian Economics – The New Palgrave Dictionary*. New York/London: Macmillan, 1990.
- CHESNAIS, F. (Ed.). *La finance mondialisée*. Paris: La Découverte, 2004.
- _____. Le capital de placement: accumulation, internationalization, effets économiques et politiques. CHESNAIS, F. (Ed.). *La finance mondialisée*. Paris: La Découverte, 2004.
- CLARKE, S. (Ed.). *The State Debat*. London: Macmillan, 1991.
- COUTINHO, C. N. *De Rousseau a Gramsci*. São Paulo: Boitempo, Editorial, 2011.
- DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. Le néoliberalisme sous hégémonie états-unienne. F. Chesnais (Ed.). *La finance mondialisée*. Paris: La Découverte, 2004.
- _____. The Crisis of the Early 21st Century: General Interpretation, Recent Developments, and Perspectives, *World Review of Political*, v.2, n.4, winter 2011.
- EPSTEIN, G. A. (Ed.). *Financialization and the World Economy*. Cheltenham, UK. Northampton, MA, USA: Edward Elgar, 2005.
- FOLEY, D. Marx's Theory of Money in Historical Perspective. In: MOSELEY, F. (Ed.). *Marx's Theory of Money: Modern Appraisals*. London: Palgrave, 2005.
- KLIMAN, A. *The Failure of Capitalist Production – Underlying Causes of the Great Recession*. London: Pluto Press, 2012.
- GOUVERNEUR, J. Políticas Económicas Alternativas frente a Crisis y Desempleo. Disponível em: <http://capitalism-and-crisis.info/telechargements/pdf/ES_JG_Políticas_alternativas_juin08__2.pdf>.
- HOLLOWAY, J. The state and every day struggle. In: CLARKE, S. (ed.). *The State Debat*. London: Macmillan, 1991a.
- _____. *Post-Fordism and Social Form: a Marxist debate on the post-fordist state*. London: Macmillan, 1991b.
- LAPAVITSAS, C. Financialised Capitalism: Crisis and Financial Expropriation. In: LAPAVITSAS, C. (Ed.). *Financialization in Crisis*. Chicago, IL: Haymarket Books, 2012.
- LEWRG – The London – Edimburgh Weekend Return Group. *In and against the State*. London: Pluto Press, 1980.
- MARX, Karl. *O capital*. v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- _____. *O capital*. v.III, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- _____. *Théories sur la Plus-Value*. Paris: Éditions Sociales, 1975.
- _____. *Manuscrits de 1857-1858 (“Grundrisse”)*. Paris: Éditions Sociales, 1980.
- _____. Prefácio da *Contribuição à Crítica da Economia Política*, Marx e Engels. *Obras escolhidas*. Tomo I. Lisboa: Avante, 2008.

- MILIBAND, Ralph. Poulantzas and the capitalist state, *New Left Review*, v.82, nov.-dez. 1973.
- MOHUN, S. Rate of Profit and Crisis in the US Economy: a Class Perspective. In: TAYLOR, L.; REZAI, A.; MICHL, T. (Eds.). *Social Fairness and Economics: Economic Essays in the Spirit of Duncan Foley*. London/New York: Routledge, 2013.
- _____. Rate of Profit and Crisis in the US Economy, 1890-2009, *mimeo*, 2012.
- MOLLO, M. de L. R. Estado e economia: o papel monetário do Estado. *Estudos Econômicos*, v.20, n.1, jan.-abr., 1990. [Republicado em: CHITOLINA, Claudiney Luiz et. al. *Estado, indivíduo e sociedade: problemas contemporâneos*. Jundiaí: Paço Editorial, 2012.]
- _____. O debate desenvolvimentista: reflexões sobre alternativas desenvolvimentistas marxistas. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/novo%20desenvolvimentismo/14.01.Mollo-Debate_developimentista-REP.pdf>, 2014>.
- MOSELEY, F. The U.S. Economic Crisis – Fundamental Causes and Possible Solutions, *International Journal of Political Economy*, v.40, n.2, Fall 2011.
- PLIHON, D. A economia de fundos próprios: um novo regime de acumulação financeira, *Economia e Sociedade*, Campinas, n.13, p.41-56, dez. 1999.
- POULANTZAS, N. *Pouvoir politique et classes sociales*. Paris: Maspero, 1971.
- ROSDOLSKY, R. *Gênese e estrutura de O capital de Marx*. Rio de Janeiro: Eduerj/Contraponto, 2001.
- SAAD-FILHO, A. Crisis in Neoliberalism or of Neoliberalism?, *Socialist Register*, 2011.
- SANTOS, P. L. dos. On the Content of Banking in Contemporary Capitalism. In: LAPAVIT-SAS, C. (Ed.). *Financialization in Crisis*. Chicago, IL: Haymarket Books, 2012.
- SHAIKH, A. The First Great Depression of the 21st Century, *Socialist Register*, v.47, 2011.

Resumo

Este artigo busca discutir alguns trabalhos marxistas sobre as causas da crise, confrontando suas argumentações e propondo uma interpretação própria. São confrontadas concepções relacionadas às ideias de taxa decrescente de lucro como causa da crise e de crise do capitalismo neoliberal, com destaque para a predominância financeira que o caracterizou. Também é sugerida uma interpretação relacionada ao desenvolvimento do chamado capital fictício. Ao final são apresentadas algumas considerações sobre a situação atual e suas perspectivas.

Palavras-chave: Capital fictício; Crises marxistas; neoliberalismo; financeirização.

Abstract

This article discusses some Marxist perspectives on the causes of the current crisis, proposing a particular interpretation. Conceptions about profit rate decrease as the cause of the crisis and of crisis of neoliberal capitalism, especially its financial predominance, are confronted, and a particular view related to the development of fictitious capital is suggested. At the end some interpretations of the current situation and its perspectives are presented.

Keywords: Fictitious capital; Marxists crises; neoliberalism; financialization.

CONSULTE A BIBLIOTECA VIRTUAL DA *CRÍTICA MARXISTA*

<http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista>

CRÍTICA marxista

Exame crítico da teoria da financeirização

Eleutério F. S. Prado

Classes sociais e grupos subalternos

Leandro Galastri

Gramsci teórico das relações internacionais

Marcos Vinícius Pansardi

**História crítica das *Obras completas*
de Marx e Engels (MEGA)**

Thomas Marxhausen

**E. P. Thompson: controvérsias
e contribuições (Dossiê)**

Antonio Luigi Negro, Nicolás Iñigo Carrera
e Pedro Benítez Martín

39